

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE IGUATU-CE: NOVOS TEMPOS, VELHOS DISCURSOS

Priscila Thaiana Alves de Oliveira ¹

Maryland Bessa Pereira Maia ²

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos/EJA, foi historicamente relacionada e reconhecida como uma massa amorfa, apenas preparada para suprir o mercado de trabalho, porém nos últimos anos com as mudanças no cenário social e com o reordenamento de políticas públicas voltadas para essa área, a EJA reorganizou seu campo de estudo fundamentando legalmente a formação de professores, a produção de materiais didáticos, e o discurso sobre a área. Na contramão dessas mudanças, em muitos espaços ainda encontramos discursos que inviabilizam a legitimidade da EJA como direito adquirido, ou então, discursos que colocam essa modalidade como apêndice da educação regular. Assim, o presente artigo tem como principal objetivo analisar os discursos produzidos no âmbito da EJA, no Município de Iguatu-Ce. Para construir as categorias de análise e alicerçar o debate, usamos como principal referência as contribuições da análise do discurso (AD), oriunda da corrente francesa que referencia o discurso enquanto entrelaçamento entre a língua, a história e a ideologia, além de Arroyo (2006), Di Pierro (2001), Freire (1999) e Paiva (1987, 2009). A metodologia utilizada se configura na pesquisa de campo, a qual se “constitui no caminho para se conhecer a realidade ou descobrir verdades parciais” (Lakatos e Marconi, 2007, p. 43), a partir desse movimento usamos a pesquisa documental como possibilidade de fazer um levantamento histórico desse tema no município, além de entrevistas para dimensionar a percepção dos participantes. O locus da pesquisa centrou-se em primeiro momento, na Secretaria de Educação do Município de Iguatu-Ce, para levantar os dados preliminares, e depois nas escolas de EJA para identificar e selecionar diretores e professores. A pesquisa realizada na Secretaria de Educação do Município de Iguatu, identificou em primeiro momento que constam cadastrado o atendimento à 06 escolas da zona rural e 04 escolas da zona urbana, perfazendo 250 alunos atendidos. As escolas funcionam desde a alfabetização até o 09 ano do Ensino Fundamental. Essa primeira fase, foi importante para identificar o quantitativo de atendimento do município a esse público. Nesse momento, a partir da fala do Coordenador Municipal também foi possível identificar, a falta de continuidade de ações para EJA.

Palavras-chave: EJA, História, Discurso, Gestão.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu-CE, priscila.thaiana@aluno.uece.br;

² Professora Orientadora: Doutora em Educação Brasileira pela UFC, Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – CE, mary.bessa@uece.com

1. INTRODUÇÃO

A educação de vocação cidadã é uma experiência humana de diálogo entre pessoas, cuja razão fundadora é ser e fazer-se praticar como um sumo bem em si mesmo. De alguma maneira quero ousar sugerir que a 'função' da educação não é instruir, capacitar ou educar pessoas 'para', mas manter em si – ou seja, em seu próprio círculo de criações – pessoas devotadas à experiência de construir saberes e compartilhar aprendizagens. (BRANDÃO, 2016, p.164)

O fragmento de Carlos Rodrigues Brandão, nos provoca a pensar sobre o sentido do processo educativo, pensar que a educação é de fato uma experiência humana e que sua função não é instruir e sim, construir saberes e compartilhar aprendizagem. Essa certeza, nos faz pensar a luta da Educação de Jovens e Adultos ao longo de muitas décadas. Que historicamente foi relacionada e reconhecida como uma massa amorfa, apenas preparada para suprir o mercado de trabalho, porém nos últimos anos com as mudanças no cenário social e com o reordenamento de políticas públicas voltadas para essa área, a EJA tem instituído sua legitimidade.

O caminho de legalidade da EJA tem sua abertura no período democrático brasileiro e a instauração da Constituição de 1988, de acordo com Costa, Assis e Freitas (2022, p. 04) esse movimento se dá com a instituição da EJA como uma modalidade de ensino na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394, além dos “os instrumentos normativos como as Diretrizes Curriculares Nacionais (2000), Proposta Curricular para o 1º e 2º segmentos do ensino fundamental”. Esses documentos propiciam a possibilidade de políticas públicas para essa modalidade.

Apesar das políticas públicas que respaldam a Educação de Jovens e Adultos na educação brasileira, em muitos espaços ainda encontramos discursos que inviabilizam a legitimidade da EJA como direito adquirido, ou então, discursos que colocam essa modalidade como apêndice da educação regular, apresentando mais retrocessos que avanços. Nesse contexto, a pesquisa de Marques e Godoy (2020), explica que as políticas regressivas que têm assolado o Brasil nos últimos anos e que essa situação compromete o direito de todos à educação. Essa situação tem impactado de forma concreta em municípios pequenos em todo o país. A falta de continuidade dessas políticas públicas, a desarticulação oriunda do movimento de troca de prefeituras que incide na gestão educacional faz com que o retrocesso seja identificado de forma contínua.

Assim, expressamos os seguintes questionamentos: Como se dá a Educação de Jovens e Adultos em municípios pequenos como o de Iguatu no Centro Sul cearense? Que discursos podemos identificar como repetidos sobre a EJA? Que avanços podemos identificar para essa modalidade? Com isso, o objetivo desse material é analisar os discursos produzidos no âmbito da EJA, no Município de Iguatu-Ce , a partir dos dados coletados.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O movimento de aprendizagem de jovens e adultos tem uma vasta história que compreende desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais. Sabe-se que os jesuítas procuravam alfabetizar os povos indígenas que aqui se encontravam, além de também os escravos negros que aqui chegavam, surgindo assim, as primeiras experiências de EJA no Brasil. Como cita Haddad e Di Pierro:

Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregavam das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. (2000 p.109)

Esse processo de educação de adultos através dos jesuítas foi interrompido com a expulsão dos mesmos em 1759, com isso, a educação entrava em decadência. Após esse período, a elite passou a direcionar o processo de escolarização para as classes mais privilegiadas, com maior poder aquisitivo, tornando assim, escassa a educação dos menos favorecidos economicamente. Desse modo, as chamadas aulas régias, se limitavam somente a classes dominantes. Apenas em 1824 com a primeira Constituição Brasileira, que relatava “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, que ouviu-se falar na educação dos jovens e adultos novamente, uma vez que abrangia a todos. Porém, na prática, muito pouco foi feito, já que, durante esse período, apenas a elite detinha cidadania e com isso, o direito de escolarização lhes era permitido, excluindo esse direito dos indígenas, negros e mulheres. Vale ressaltar que o decreto imperial de 1808 estabelecia a criação dos primeiros cursos noturnos para adultos analfabetos destinado apenas ao sexo masculino confirmando que apenas esse público podia ter acesso a essa modalidade de educação.

Dito isto, posteriormente ao Ato Constitucional de 1934, a instrução primária e secundária é caracterizada para jovens e adultos. “Era preciso ‘iluminar’ as mentes que

viviam nas trevas da ignorância para que houvesse progresso” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 261). A educação de jovens e adultos, vista como um ato de caridade, foi permeada por preconceito durante muito tempo “Até então, o adulto não – escolarizado era percebido como um ser imaturo e ignorante, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária, percepção esta que reforçava o preconceito contra o analfabeto” (Paiva, 1973, p.209 *apud* Haddad e Di Pierro,2000, p.112). As grandes taxas de analfabetismo no país, a exclusão dos adultos analfabetos da participação do voto, foram motivos para que houvesse uma mobilização em torno dessa modalidade de educação. Ainda no ano de 1891 somente pessoas alfabetizadas e com posses é que teriam direito ao voto, dessa forma excluindo os indivíduos que não eram alfabetizados.

O ano de 1940 se tornaria determinante no que diz respeito a essa modalidade de ensino, visto que surgiram diversas mobilizações acerca do problema da educação dos adultos, a exemplo da Campanha de Educação de Adolescentes de Adultos – CEAA, primeira grande campanha dirigida ao meio rural. Conseqüentemente acontece o primeiro Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1947, que foi um marco na luta pela EJA. Todas as campanhas iniciadas em meados de 40, surtiram, de alguma maneira, efeito positivo, e é a partir da nova constituição que se vinculou uma receita para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, segundo Haddad e Di Pierro (2000). Vale ressaltar que em 1945, após regulamentação, o Fundo Nacional do Ensino Primário, criado em 1942, estabelece que 25% dos recursos deveriam ser investidos no Ensino Supletivo, que beneficiaria jovens e adultos em situação de analfabetismo:

Foi somente ao final da década de 1940 que a educação de adultos veio a se firmar como um problema de política nacional, mas a condições para que isso viesse a ocorrer foram sendo instaladas já no período anterior. O Plano Nacional de Educação de responsabilidade da União, previsto pela Constituição de 1934, deveria incluir entre as normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória. Esse ensino deveria ser extensivo aos adultos. Pela primeira vez a educação de jovens e adultos era reconhecida e recebia um tratamento particular. (Haddad e Di Pierro,2000, p.110)

Ainda discorrendo sobre as campanhas organizadas pelo Ministério da Educação, no ano de 1958 houve uma intitulada de Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, embora a campanha tenha intensificado os trabalhos voltados para essa modalidade de ensino, não teve muita durabilidade e pouco conseguiram realizar nesse campo da educação.

Muitos foram os esforços para que a Educação de Jovens e Adultos se tornasse legítima e eficaz no Brasil, e através das diversas mobilizações, entre os anos 40 e 50, conseguiram que os índices de analfabetismo tivesse uma queda significativa, “a educação de jovens e adultos passava a ser condição necessária para que o Brasil se realizasse como nação desenvolvida.” (Haddad e Di Pierro, 2000, p.111). Vale destacar que no começo dos anos 60 também houveram algumas manifestações regionais acerca da EJA, reforçando a necessidade da importância dessa modalidade de ensino.

Com o golpe militar de 64 todo aquele ideal de educação libertária foi suprimido, havendo, inclusive, cassação de direitos dos estudantes e professores. Como cita Haddad e Di Pierro, 2000, p. 113:

O golpe militar de 1964 produziu uma ruptura política em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos, seus ideais, censurados. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes, presos e os materiais apreendidos. A Secretaria Municipal de Educação de Natal foi ocupada, os trabalhos da Campanha “De Pé no Chão” foram interrompidos e suas principais lideranças foram presas.

Em 1967 é criado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) de cunho mais tecnicista, mas apenas em 1970 começa a receber verbas para a sua efetivação. Teve uma duração de mais de 15 anos, até o término da ditadura militar. Esse programa foi implantado com a proposta de acabar com o analfabetismo no país a curto prazo, visto que muitas pessoas precisavam chegar ao mercado de trabalho. O Mobreal tinha uma proposta de alfabetizar os jovens e adultos de 15 a 35 anos, pretendendo que os mesmos adquirissem aquisição e habilidade de leitura, escrita e cálculos como forma de inserção na sociedade e adquirir melhores condições de vida. Vale destacar que as aulas aconteciam a noite em prédios escolares e em outras instituições. O MOBREAL foi extinto pelo decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985, dando lugar a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – EDUCAR que tinha como proposta a redemocratização do ensino de jovens e adultos, sua duração foi de apenas 5 anos.

Em 1996 houve a promulgação da Lei 9.394/96 intitulada LDB- Lei de Diretrizes e Bases, que reafirma a necessidade de uma educação para jovens e adultos gratuita e de qualidade, que sustente a permanência destes na escola pública.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de educação, reconhecida pela Lei nº 9.394/96 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que traz em seu teor o Art. 37. “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou

continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” (referenciar)
modificar

3. METODOLOGIA

Parafrazeando Santos (2018, p. 59), “a pesquisa, portanto, é a inquietude que nos faz pensar e estudar sobre o nosso cotidiano”, cotidiano esse que nos causa inquietude, como olhar para a EJA em suas particularidades, assim o trabalho aqui apresentado tem como abordagem a pesquisa qualitativa, buscando pelo pesquisador identificar as vivências, os pontos de vista e as “experiências no mundo social e como as pessoas compreendem esse mundo” (Brandão 2001, p.13)

Nesse caminho usamos a pesquisa de campo para traçar, em primeiro momento uma radiografia do atendimento a EJA no Município, segundo Gil (1999) esse tipo de pesquisa conecta o pesquisador com a realidade investigada, como também permite obter informações dessa realidade. Assim, com o intuito de coleta de dados foi decidido usar a técnica da entrevista semi estruturada com o coordenador de EJA municipal. A opção do uso dessa técnica se deu pela necessidade de desvendar novas informações a respeito do tema, assim usamos a entrevista focalizada, que segundo Gil (1999, p. 110) “enfoca um tema bem específico, quando, ao entrevistado, é permitido falar livremente sobre o assunto”. Com isso, o tema da entrevista se organizou na perspectiva em compreender como se organizava a EJA no município de Iguatu.

3.1.O local da pesquisa

A pesquisa ocorreu no município de Iguatu, região Centro-Sul do Estado do Ceará, localizado a 365 Km da capital Fortaleza. O município conta com uma população de 98.064 segundo o censo de 2022. Terra de Eleazar de Carvalho e Humberto Teixeira, Iguatu está na lista dos municípios mais populosos do Brasil e 9º mais populoso do Ceará. Historicamente, o nome Iguatu vem da língua ig ou i (água) e catu (bom, boa) significando rio bom ou água boa. Sua formação se deu porque abrigava inicialmente a aldeia dos índios Quixelôs, que após as lutas com os colonizadores foi dominada e pacificada, tornando-se Vila Telha. A então Vila da Telha foi elevada à categoria de cidade em 1874, sendo desmembrada da cidade de Icó.

Ao longo dos tempos, a cidade logo tornou-se referência na produção de algodão do Estado. Sendo impulsionado pela construção da ferrovia e as estações da cidade. Em 1775, os missionários construíram a capela de Senhora Santana, que depois se tornaria o único patrimônio da cidade tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Segundo o IDEB³ em 2021, o cenário educacional na cidade de Iguatu identifica 96,8% de escolarização de crianças de 06 a 14 anos, com 12.313 de matrículas para o ensino fundamental, com funcionamento de 48 escolas para esse atendimento.

A pesquisa de campo se deu na Secretaria de Educação do Município, com o coordenador de EJA, com uso de entrevista semiestruturada. Nessa entrevista o ponto focal foi fazer um levantamento sobre a EJA no Município de Iguatu-Ce.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização dos dados se apresenta em duas etapas; a primeira expõe os espaços que funcionam a EJA em escolas municipais de Ensino Fundamental, escolas da zona rural e espaços que funcionam presencial e semi presencial dessa modalidade. A segunda etapa expõe a história do Centro de Educação de Jovens e Adultos, mantido pela Secretaria de Educação Básica do Estado em colaboração com a Secretaria de Educação Municipal.

4.1. Mapeando espaços que funcionam a Educação de Jovens e Adultos na cidade Iguatu-Ce

No contexto da entrevista foi solicitado que o coordenador fizesse um histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no município. O mesmo apresentou um levantamento dos dados abaixo expondo a assistência propiciada pela Secretaria de Educação.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Pacífico Guedes – atende de 6º a 9º ano com 53 alunos;
- Escola Municipal Maria Irismar Moreno Matos – Suassurana (Zona Rural) – atende alfabetização com 30 alunos;

³ Disponível em: ideb.inep.org.br. Consultado em: 01.07.2024

- Escola Municipal de Ensino Fundamental João Rocha Fialho – Vila Gadelha (Zona Rural) – atende alfabetização presencial e semipresencial com 57 alunos;
- Residencial Dom Mauro – Vila Gadelha atende 4º e 5º ano com 30 alunos;

Ao longo da entrevista nos foi socializado que só podia compartilhar os dados a partir de 2022, pois em anos anteriores não era ele o coordenador. Essa fala foi um reforço da descontinuidade da história da EJA no Brasil, sabemos que essa modalidade sempre foi uma relação demarcada por uma educação assistencialista para os menos afortunados e não como um direito constitucional. (Cury, 2016)

A Educação de Jovens e Adultos em Iguatu é bastante diversificada, as salas existem em escolas do ensino fundamental e em zonas rurais, essas contemplam um variado de número de alunos de acordo com o levantamento informado, porém pela fala da coordenação não identificamos um trabalho articulado desses espaços.

4.2. O Centro de Educação de Jovens e Adultos da cidade de Iguatu

O Centro de Educação de Jovens e Adultos da cidade de Iguatu, foi fundada em 25 de janeiro de 25 de janeiro de 1984. O decreto da sua criação é de nº 16.653 de 07/08/84, é uma escola incorporada na forma da Lei 9394/96 de 20/12/96, sendo subsidiada pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará/SEDUC e subordinada ao 16ª CREDE. Conforme Costa, Assis e Freitas (2022, p. 07), os Cejas formam “um conjunto de 32 (trinta e duas) unidades geograficamente distribuídas no Estado, sendo 9 (nove) em Fortaleza e 23 (vinte e três) no Interior”. O objetivo desses espaços é apresentar possibilidade aos estudantes o processo de continuidade da sua escolarização.

Na cidade de Iguatu, o CEJA funcionou com ensino presencial de 1999 até 2013, sendo na década de 1990 implantado o regime semipresencial. Nesse percurso de 2000 até o ano de 2008, funcionou o Programa Tempo de Avançar⁴, que tinha como objetivo corrigir a escolaridade. No ano de 2008 também foi instituído o ensino de jovens e adultos presencial para o ensino médio, que durou até 2015. No ano de 2014, a SEDUC determinou que os Cejas seriam apenas semipresenciais.

⁴ Disponível em: [Repositório Institucional UFC: Avaliação das Repercussões Sociais Oriundas da Execução do Projeto Tempo de Avançar Desenvolvido Pela Secretaria de Educação Básica do Ceará - SEDUC](#). Consultado em: 05 de setembro de 2024.

Com base na fala da coordenação, o CEJA tem uma contribuição importante para o conjunto de EJA no município, porém não contemplou na fala nenhuma atividade que pudéssemos perceber a articulação CEJA e os outros espaços de EJA no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho exposto teve como objeto analisar a partir dos dados a Educação de Jovens e Adultos no Município de Iguatu no Centro Sul cearense. De acordo com os dados, identificamos que o município tem um número de atendimento em EJA elevado, também entendemos que a Educação de Jovens e Adultos passou por diversas transformações ao longo do tempo. Diversas foram as manifestações para que essa modalidade de ensino se tornasse acessível para todos aqueles que dela necessitam, porém percebemos que os espaços atendidos na cidade funcionam independente, ou seja, sem articulação.

A desarticulação nas ações na modalidade de EJA são comuns na maioria das pesquisas sobre o assunto, esse movimento impacta não só na legitimidade da educação de jovens e adultos enquanto modalidade, mas no movimento dos estudantes com relação ao direito à educação.

6. REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; BARBOSA, Maria José. Educação de Jovens e Adultos no Estado do Ceará: uma avaliação do Projeto Tempo de Avançar.

BARBOSA, Maria José. Avaliação das repercussões sociais oriundas da execução do projeto tempo de avançar desenvolvido pela secretaria de educação básica do Ceará-SEDUC. 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Algumas ideias para pensar uma educação centrada na pessoa e destinada a se estender por toda a sua vida. In. NACIF, Paulo G. S.; QUEIROZ, Arlindo C., et. all (Orgs.). Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CURY, C. R. J. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 2016.

DA SILVA COSTA, Elisangela André; DE ASSIS, Ana Cláudia Lima; FREITAS, Bruno Miranda. Os Centros de Educação de Jovens e Adultos no Ceará: Caminhada em tempo de crise e defesa do direito à educação. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. e022107-e022107, 2022.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Rev. Bras. Educ. [online]. 2000, n.14, pp.108-130. ISSN 1413-2478.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 202 p. ISBN: 8522422702.

MARQUEZ, Nakita Ani Guckert; GODOY, Dalva Maria Alves. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Revista. Ed. Popular, Uberlândia**, v. 19, n. 2, p. 25-42, 2020.